

As origens do Pensamento Geopolítico Brasileiro: a contribuição de José Bonifácio, Varnhagen e Calógeras

The origins of Brazilian Geopolitical Thought: the contribution of José Bonifácio, Varnhagen and Calógeras

Marco Antonio de Freitas Coutinho*

RESUMO

Desde nossa sua elevação à categoria de Reino Unido em 1815, os cordões umbilicais que ligavam o Brasil às estratégias ultramarinas portuguesas começaram a ser rompidos, e o país passou a buscar o seu próprio modelo de desenvolvimento de políticas e estratégias em decorrência das suas condições geográficas. Progressivamente passamos a adotar uma postura claramente voltada para o fortalecimento da soberania sobre nosso território de dimensões continentais e de formação de uma identidade nacional. Particularmente no período compreendido entre os anos de 1815 e 1930, uma análise das obras e das ações desenvolvidas por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878) e João Pandiá Calógeras (1870-1934) podem nos revelar sua influência nesse processo evolutivo da consciência geopolítica do Brasil, assim permitindo identificar as origens do pensamento geopolítico brasileiro e a contribuição destas personalidades para o desenvolvimento posterior de uma escola geopolítica nacional.

Palavras-chave: Geopolítica; Estratégia; Coesão Territorial; Identidade Nacional; Integração Nacional; Brasil.

ABSTRACT

Since its elevation to the category of United Kingdom in 1815, the umbilical cords that have linked Brazil to Portuguese overseas strategies began to be broken, and Brazil began to seek its own model of development of policies and strategies as a result of its own geographical conditions. Progressively we have adopted a position clearly aimed at strengthening sovereignty over our territory of continental dimensions and the formation of a national identity. Particularly, in the period between 1815 and 1930, a review of the projects and actions carried out by José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878), and João Pandiá Calógeras (1870-1934), may reveal its influence in the evolutionary process of the geopolitical consciousness of Brazil, thus making it easier to identify the sources of the Brazilian geopolitical thought and the contribution of those personalities to the development of a national geopolitical school.

Keywords: Geopolitics; Strategy; Territorial Cohesion; National Identity; National Integration; Brazil.

* Cel R/1 do Exército Brasileiro. Mestre em Ciências Militares (ECEME). Assessor da Secretaria de Governo da Presidência da República.

1. Introdução

O presente estudo tem por finalidade identificar a contribuição de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878) e João Pandiá Calógeras (1870-1934) para o desenvolvimento do pensamento geopolítico brasileiro, criando as bases para a construção de uma escola geopolítica nacional.

A escolha das referidas personalidades se deu em função de dois aspectos importantes. O primeiro deles é que todos exerceram elevadas funções públicas, o que lhes confere um grande diferencial em relação ao entendimento do papel do Estado e ao exercício do poder nacional no âmbito dos espaços geográficos de influência do país, seja no âmbito interno, seja no âmbito externo.

O segundo aspecto reside no fato de que todos deixaram obras e escritos publicados, em grande parte tratando especificamente da formação do Estado Brasileiro, e que constituem um importante legado disponível para pesquisa. Isso permitiu que pudesse ser realizado um estudo sobre a forma como se posicionaram frente aos temas tipicamente geopolíticos, ou seja, temas onde a influência entre fatores políticos e geográficos possam ter sido objeto das análises que eventualmente tenham realizado.

Para o desenvolvimento do presente estudo, temos que considerar que o desenvolvimento teórico da geopolítica somente foi iniciado ao final do século XIX, por meio das obras de Ratzel e Kjällén, temas que somente começaram a ser debatidos no Brasil ao final da década de 1920 e início da década de 1930.

Neste sentido, foi importante delimitar o período em que a pesquisa seria realizada, tendo seu início no momento em que o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido, no ano de 1815. Naquele ano, deixava o Brasil de ser uma colônia, e iniciava um processo de "rompimento do cordão umbilical" com a nação portuguesa. Parece ser o marco

histórico ideal para que se inicie nossa pesquisa.

Para o final do período, elegemos o ano de 1930, que coincidiu com o final da chamada República Velha. A escolha dessa data está ligada ao fato de que as primeiras publicações que deram início às discussões teóricas para o estabelecimento de uma Escola Geopolítica nacional, coincidentemente, foram publicadas nesse período, com as obras "A Estrutura Política do Brasil: Notas Prévias" (1926), de Everardo Adolpho Backheuser, e "Aspectos Geográficos Sul-Americanos" (1931), de Mário Travassos.

É importante ressaltar que, entre os anos de 1815 e 1930, os autores selecionados tiveram atuação política destacada e neles foram publicados seus principais trabalhos relacionados ao objeto do presente estudo, sendo considerados como uma importante referência bibliográfica, à época em que a teoria geopolítica nacional surgia. De fato, muitos trabalhos de Backheuser, Travassos, Golbery, Therezinha de Castro e Meira Mattos, dentre outros, fizeram a eles referências.

Neste sentido, iremos nos debruçar sobre as origens do pensamento geopolítico brasileiro, buscando identificar nas obras e textos de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Adolpho Varnhagen e João Pandiá Calógeras, possíveis propostas, análises ou descrições de ações relacionadas à aplicação do poder nacional sobre o território brasileiro ou de seu entorno estratégico, à época que foram escritas.

Nosso trabalho irá considerar como hipótese, a ser validada por meio de pesquisa documental, que os autores aqui citados teriam levado em consideração a influência de fatores geográficos (humanos ou fisiográficos) sobre a ação política do Estado brasileiro, o que poderia constituir uma linha de pensamento de caráter geopolítico em sua essência.

A confirmação da hipótese estabelecida permitirá considerar que, no período compreendido entre os anos de 1815 e 1930, teria ocorrido um período fértil para a

gestação de um pensamento teórico, que influenciou a formação de uma Escola Geopolítica genuinamente brasileira.

2. Revisão bibliográfica sobre Geopolítica

Antes de passarmos ao desenvolvimento do trabalho, será realizada uma breve revisão bibliográfica sobre alguns aspectos básicos referentes à geopolítica, de forma a permitir estabelecer parâmetros sobre o estudo a ser realizado nas obras dos autores selecionados.

2.1 Generalidades

É importante lembrar que o vocábulo “Geopolítica” somente foi apresentado por Rudolf Kjellén, no ano de 1899. Entretanto, Kjellén não escondia o fato de que havia desenvolvido tal neologismo para melhor caracterizar conceitos já apresentados anteriormente, e a melhor comprovação disso está em sua afirmação de que “o termo geopolítica significa originalmente o mesmo que a geografia política de Ratzel” (apud BACKHEUSER, 1952, p. 51).

Por sua vez, as ideias de Friedrich Ratzel (1844-1904) tiveram grande influência nos estágios iniciais do desenvolvimento da ciência geopolítica, tendo sido pioneiro no estudo entre as relações de poder entre o Estado e o espaço geográfico: “Chega-se à conclusão de que o que resta fazer para trazer toda a geografia política a um alto prestígio, consiste em realizar pesquisas comparadas das relações entre o Estado e o solo” (apud BACKHEUSER, 1952, p. 24).

Klaus Dodds (2019, p. 41) considera que a geopolítica envolveria três características principais:

- tratar das questões de poder sobre o espaço e o território;
- estabelecimento de referências geográficas para dar sentido aos assuntos mundiais (exemplos: “esfera de influência”, “blocos”, “quintal”, “vizinhança”, “proximidade”, “países do hemisfério sul”, países do hemisfério norte” e outros similares); e
- realização de análises orientadas para o futuro, permitindo a elaboração de estratégias nacionais e oferecendo perspectivas sobre o comportamento provável dos Estados.

Os Estados têm efetivamente algumas preocupações imutáveis, tais como de garantir

recursos, proteger o seu território e gerir as suas populações, todas elas com reflexos diretos em seu comportamento a curto, médio e longo prazos, no âmbito do sistema internacional.

É importante destacar que os conceitos mais clássicos de geopolítica focam no inter-relacionamento entre os interesses territoriais e do poder dos Estados com os ambientes geográficos, estes últimos trazendo consigo um importante fator determinístico para qualquer análise a ser realizada, moldando as escolhas políticas dos líderes mundiais.

Por outro lado, os conceitos mais atualizados, da chamada geopolítica crítica, focam nas interações entre as esferas humanas e físicas, sendo que o peso do ambiente geográfico é considerado mais fluido e sujeito à interpretação, no contexto das análises realizadas no âmbito da geopolítica. Neste contexto, as teorias críticas consideram que o Estado não deva ser considerado o agente único da geopolítica, uma vez que outros atores devam ser analisados, tais como os indivíduos, as famílias, grupos de protesto, corporações, Organizações Não-Governamentais (ONG), partidos políticos, grupos rebeldes e trabalhadores organizados e outros (FLINT, 2006, p. 25). Entretanto, mesmo as teorias críticas continuam atribuindo ao Estado um papel central, uma vez que são os agentes territoriais do sistema internacional.

2.2 Ideologia Ambiental - Oceanismo versus Continentalismo

Halford Mackinder é uma das grandes referências teóricas da geopolítica clássica, e alguns de seus pensamentos merecem um pouco mais de atenção no estudo em que ora desenvolvemos, particularmente para o melhor entendimento do período que marcou a gênese do pensamento de caráter geopolítico no Brasil.

Com base numa concepção histórico-geográfica própria, que destacava a constante luta pela supremacia entre o poder marítimo e o poder terrestre (oposição entre o “oceanismo” e o “continentalismo”), Mackinder (1919) considerava que a inventividade humana e a tecnologia (eficientes meios de comunicação e de

transporte terrestre) derrubariam as barreiras que limitavam a mobilidade nos ambientes continentais, fazendo a balança pender em favor das potências terrestres.

Esse confronto entre comportamentos geopolíticos oceanistas e continentalistas não resultaria apenas de fatores relacionados à geografia física. Segundo Short (1993, p. 2), o processo de formação da Nação é normalmente acompanhado por uma série de crenças, envolvendo o povo e seu ambiente natal, que ele denomina de “Ideologia Ambiental” de uma Nação. Tais crenças podem contribuir para a criação de uma identidade nacional e o nacionalismo, o que muitas vezes é positivo para o interesse do Estado, e até mesmo por ele incentivado.

De acordo com o pensamento de Mackinder, as referidas crenças podem, também, conformar outros comportamentos típicos: povos que estabelecem ao longo do tempo uma relação mais próxima com o mar, acabam estabelecendo um comportamento coletivo que foi por ele denominado “ponto de vista do homem do mar” (seaman’s point of view), diretamente ligada ao “oceanismo” (MACKINDER, 1919, p. 38).

Este seria o caso dos portugueses, característica que em muito contribuiu para o desenvolvimento daquele país como uma potência marítima e a conquista de um Império Ultramarino. Pandiá Calógeras, na sua obra “A Política Exterior do Império: as Origens”, assim descreve o caráter do povo português:

Todas as feições geográficas de Portugal, quer isoladas, quer tomadas em conjunto, apontavam para o Oceano, como elemento essencial, orgânico, da vida nacional. Paiz no qual atinge a um dos máximos valores conhecidos a relação entre a área e o desenvolvimento costal; formado pela embocadura de caudales navegáveis, atravessando territórios, muitas vezes ínvios, ásperos e montanhosos, seria quase obrigatório utilizar os rios para o transporte da produção. Um povo de marinheiros ahi teria forçosamente de medrar. (CALÓGERAS, 1998, p. 29)

Por outro lado, Mackinder (ibid, p. 90) considera que os povos que ao longo dos tempos estiveram mais vocacionados para as lides terrestres acabaram desenvolvendo o que ele chamou de “ponto de vista do homem da terra” (*landsman’s point of view*), neste caso diretamente relacionada ao “continentalismo”, sendo este o caso dos russos, chineses e, como analisaremos mais à frente, dos brasileiros.

2.3 Tipos de abordagens geopolíticas

Gray e Sloan (2013, p. 111) procuraram sistematizar o que consideraram os diferentes “tipos de geopolítica” segundo uma visão crítica. A Tabela 1 apresenta um resumo das diferentes formas de abordagem frente aos temas geopolíticos identificadas por eles:

Tabela 1 – Diferentes abordagens no âmbito dos temas geopolíticos

Abordagem	Definição	Objeto de Investigação	Problematização
Geopolítica Formal	É a geopolítica dos geopolíticos	Elaboração da Teoria Geopolítica	Elaboração de modelos teóricos
Geopolítica Prática	É a geopolítica dos diplomatas	Execução do dia a dia da política internacional (“ <i>Realpolitik</i> ”)	Realização das análises geopolíticas, formulação de estratégias da política internacional e sua execução
Geopolítica Popular	É a geopolítica dos políticos, da imprensa e da população em geral	Estabelecimento de uma linguagem comum para os problemas complexos da política internacional, com foco na mídia e na população em geral	Formação de identidades nacionais e construção de imagens para a opinião pública
Geopolítica Estrutural	É a base para a formulação de estratégias geopolíticas.	Mapeamento dos processos geográficos, políticos, históricos, sociais e econômicos que afetam o sistema internacional contemporâneo, identificando tendências e incertezas para a formulação de cenários	Elaboração de cenários geopolíticos, com base em uma visão multidisciplinar

Fonte: Gray, Sloan, 2013 (adaptado pelo autor).

Observamos claramente, na Tabela 1, que aos geopolíticos cabe o importante papel de sistematizar o estudo da ciência geopolítica, propondo modelos teóricos para explicar a realidade. Mas o que fica bastante claro é o fato de que a geopolítica não pode ser considerada um monopólio dos geopolíticos, nem agora e nem antes que a ciência tivesse sido sistematizada, em termos teóricos.

O fato de que a lei da gravidade tenha sido apresentada por Newton não significa que as forças gravitacionais inexistiam antes que sua teoria se tornasse conhecida. Da mesma forma, a influência dos fatores geográficos sobre a política pode ter sido identificada e descrita por autores pré-teóricos, e é justamente o foco principal do presente estudo.

Não trataremos nesta revisão bibliográfica das diversas correntes de pensamento geopolítico (deterministas, possibilistas ou integralizadas), uma vez que se tratam de formas diferentes de sistematizar o pensamento geopolítico, o que estará fora do escopo do presente estudo.

3. Origens do Pensamento Geopolítico Brasileiro – período pré-teórico (1815 a 1930)

O período compreendido entre os anos de 1815 e 1930 se mostrou bastante apropriado para o objetivo da pesquisa, pois como já vimos, os primeiros trabalhos nacionais, que deram início às discussões teóricas para o estabelecimento de uma Escola Geopolítica nacional, somente foram publicados entre o final da década de 1920 e início da década de 1930, respectivamente, com as obras "A Estrutura Política do Brasil: Notas Prévias" (1926), de Everardo Adolpho Backheuser, e "Aspectos Geográficos Sul-Americanos" (1931), de Mário Travassos.

Entretanto, diversas obras anteriores aos trabalhos de Backheuser e Travassos já tratavam de propostas, análises ou da descrição de ações relacionadas à aplicação do poder nacional sobre o território brasileiro ou de seu entorno estratégico à época que foram escritos. São, portanto, expressões de pensamento que podemos caracterizar como

sendo geopolíticos em sua essência, e que passaremos a denominar como sendo parte de um pensamento geopolítico "pré-teórico".

No sentido de identificar possíveis origens do pensamento geopolítico brasileiro, iremos analisar as obras de José Bonifácio, Varnhagen e Calógeras, elaboradas e publicadas anteriormente aos pioneiros trabalhos de Backheuser e Travassos.

O objeto deste estudo estará voltado para identificar, nas suas respectivas obras, possíveis propostas, análises ou descrição de ações relacionadas à aplicação do poder nacional sobre o território brasileiro ou de seu entorno estratégico, à época que foram escritas. Sendo assim, nossa atenção estará direcionada para eventuais análises políticas que tenham realizado, considerando-se a influência de fatores geográficos (humanos ou fisiográficos) sobre a ação dos governos brasileiros.

Caso positivo, tais obras poderiam ser classificadas como tendo apresentado visões geopolíticas em sua essência e que, portanto, poderiam ser consideradas como parte do processo de formação de pensamento geopolítico brasileiro, ainda que num estágio "pré-teórico".

3.1 José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838)

A partir de 1815, a primeira referência do pensamento geopolítico pré-teórico nacional será, sem sombra de dúvida, José Bonifácio. Ele foi a figura central na formulação do projeto de Brasil como Nação. Desde o ano de 2005, tem o seu nome inscrito no livro oficial "Heróis da Pátria", que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, na capital federal. Foi Deputado pelas Províncias de São Paulo e Bahia. Exerceu o cargo de Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros (1822-1823)

Conforme já vimos, no item 2.2 deste trabalho, o povo português tinha de antemão todos os predicados para que sua identidade nacional fosse intimamente ligada aos mares, permitindo que o comportamento geopolítico de Portugal pudesse ser caracterizado como "oceanista", segundo o "ponto de vista do homem do mar", imaginado por Mackinder.

Mas e quanto ao comportamento do Brasil independente? Teria havido uma continuidade ou ruptura nesse comportamento?

A resposta a esse questionamento está diretamente relacionada ao legado de José Bonifácio, seja por meio de suas ações, enquanto político de primeira ordem, seja pelos trabalhos que publicou. Mas, para entender melhor o momento em que viveu e trabalhou José Bonifácio, e que certamente influenciou seu pensamento, precisamos entender o contexto global da sua época.

O ato que havia oficializado o *status* de Reino Unido ao Brasil veio com a Carta de Lei, de 16 de dezembro de 1815, que não deixou de destacar os motivos que levaram a essa decisão:

E outrossim reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fieis vassallos em geral uma perfeita união e identidade entre os meus Reinos de Portugal, e dos Algarves, e os meus Domínios do Brazil, erigindo este aquella graduação e categoria política que pelos sobreditos predicados lhes deve competir, e na qual os ditos meus domínios já foram considerados pelos Plenipotenciários das Potencias que formaram o Congresso de Vienna, assim no tratado de Alliança, concluído aos 8 de Abril do corrente anno (Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 1815).

Segundo Amado Cervo (SARAIVA et al., 2007, p. 41) o Congresso de Viena havia deliberado três importantes decisões: uma nova ordem internacional estaria configurada; o impulso econômico e político das potências europeias estaria assegurado; e as regras e condutas estabelecidas no âmbito do novo “Concerto Europeu” seriam estendidas para todo o mundo.

Portugal, como país aliado aos “quatro grandes” vencedores das Guerras Napoleônicas (Rússia, Prússia, Áustria e Inglaterra), aspirava a uma posição de destaque nos entendimentos que estavam se realizando em Viena, tarefa que desde o princípio não se mostrou simples. Mas, segundo Calógeras (1927, p. 456), a Coroa Lusitana se apresentava numa posição desconfortável e confusa: parecia que Portugal havia se tornado colônia de sua

possessão brasileira, uma vez que D. João VI ali estabelecera sua Corte desde o ano de 1808.

Ainda, segundo Calógeras, para que suas pretensões fossem atendidas, cumpria a Portugal evitar o precedente perigoso de figurarem colônias em assembleias deliberantes de suas metrópoles. Portanto, foi sob uma manobra geopolítica, no âmbito do Congresso de Viena, que D. João VI elevou o Brasil à categoria de Reino Unido.

Mas, a partir daí, uma luta política começou a ser travada: como a sede do Reino Unido permanecia no Rio de Janeiro, a posição brasileira no contexto da política portuguesa se fortalecia e ameaçava as elites portuguesas, situação que foi se agravando até a Revolução Liberal do Porto de 1820. Uma vez vitoriosa, as lideranças da revolução passaram a exigir o retorno de D. João VI à Portugal e a convocação das Cortes para elaborar uma Constituição de caráter liberal, subordinando a Coroa ao Legislativo. Mas também com grande interesse em limitar o crescente poder político das elites brasileiras.

Foi nesse contexto que passam a despontar as ideias de José Bonifácio, sendo interessante observar que este período representou a mais importante fase da sua carreira política, que todavia se mostrou muito breve. Ela teve início no ano de 1821, quando, em nome do Governo da Província de São Paulo, José Bonifácio coordenou a elaboração de um documento denominado “Lembranças e apontamentos do governo provisório da Província de São Paulo para seus Deputados”, e que continha a proposta de um Império Luso-Brasileiro governado por uma monarquia constitucional e que garantisse direitos iguais para os Reinos Unidos de Portugal e Brasil (MENK, 2019, p. 200).

A representação de deputados brasileiros às Cortes era considerável. Segundo, Calógeras (1998), a delegação brasileira teria um total 89 deputados, a maior delegação das Cortes. Mas a posição brasileira não era unânime: a Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822 terminou por ser aprovada com a anuência de apenas 36 deputados brasileiros, sendo 25 das províncias do Nordeste.

O ponto de discórdia não havia sido a independência, mas a autonomia das províncias do Reino Unido do Brasil. O que se conformou em Lisboa como a posição da maioria dos deputados brasileiros teria sido uma proposta, a qual Miriam Dolhnikoff denominou como “federalismo monárquico”, que os colocava em franca oposição aos interesses das elites portuguesas. A vitória destas últimas teria sido o fator que iniciou a queima do estopim que levou à independência brasileira (DOLHNIKOFF, 2005, p. 30).

Já nascia o Império do Brasil com um dilema que acompanharia a formação do Estado brasileiro por ainda muitas décadas: o confronto entre posições federalistas e unitaristas. José Bonifácio de Andrada e Silva, que também possuía uma visão claramente unitarista, possuía então muitas outras preocupações a serem enfrentadas, no esforço da consolidação da independência:

Obrigado a fazer frente às mil exigências prementes da fundação do Império, tinha de multiplicar por mil formas sua actividade, isso em paiz de communicações difficeis e vagarosas e sem prévia organização. O entusiasmo das províncias a manter, recebendo suas deputações e enviando mensageiros políticos. O sollo pátrio a livrar das guarnições portuguezas, da Cisplatina ao Pará. Uma esquadra a crêar. Um exército a improvisar. A lucta, na própria Côrte, contra as divisões intestinas (CALÓGERAS, 1928, p. 23).

Segundo Therezinha de Castro (CASTRO, 1972, p. 48-50), o “unionismo” revelado por José Bonifácio não teria pretendido abafar o regionalismo, mas principalmente reforçar os anseios gerais e não os particulares, evitando o esfacelamento do território por meio de querelas regionais, muitas delas incentivadas pelas Cortes de Lisboa.

Uma das ideias pioneiras de José Bonifácio, ainda constante nas suas “Lembranças e apontamentos”, foi a que previa a transferência da Capital do Reino do Brasil para o interior:

Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brazil para assento da corte ou da regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus. Em sítio sadio, irrigado por algum rio navegável. Deste modo fica a corte ou assento da Regência livre de qualquer assalto e surpresa externa. E se chama para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta corte central dever-se-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do governo, e se favoreça por elas o comércio interno do vasto Império (sic) do Brazil (VARNHAGEN, 1877, p. 22).

As ideias da transferência da capital para o “Coração” do Império Continental e o estabelecimento de estradas, como verdadeiras “artérias” que fariam circular a comunicação e o comércio, constituem pensamentos tipicamente geopolíticos, que somente foram internalizados na teoria acadêmica muito mais tarde, por intermédio da obra de Mackinder (por meio do conceito de Heartland).

Mas José Bonifácio foi além da questão da interiorização da capital, como instrumento da coesão territorial do Brasil. Ele também foi um fervoroso defensor de políticas voltadas para a formação de uma identidade nacional, por meio de uma rápida assimilação dos componentes populacionais negros (pelo fim da escravidão) e indígenas, utilizando para tal uma educação pública de qualidade.

Entretanto, as diferenças de visão entre o Imperador D. Pedro I e seu Ministro do Interior e Relações Exteriores, José Bonifácio, se acentuaram por ocasião da elaboração da Constituição do Império, colocando-os em posições irreconciliáveis, o que culminou com sua prisão e exílio no ano de 1823.

Houve um segundo período de atuação política, também muito breve, ocorrido entre os anos de 1831 e 1833, ocasião em que assumiu a tutoria do futuro Imperador D. Pedro II. José Bonifácio aceitou um convite do próprio Imperador D. Pedro I que, ao

abdicar ao trono brasileiro, não teve dúvidas em recorrer ao seu principal desafio político para esta que seria uma das mais importantes e delicadas tarefas de Estado no período da Regência, cuja justificativa foi apresentada numa carta pessoal:

Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que, educando-o naqueles sentimentos de honra e de patriotismo com que devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar, ele venha um dia a fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudoso. Eu espero que me faça este obséquio, acreditando que a não m'o fazer eu viverei sempre atormentado. Seu amigo constante, Pedro (MENK, 2019, p. 183).

As ideias de José Bonifácio representavam uma clara ruptura em relação ao pensamento estratégico marítimo da Monarquia Portuguesa (segundo o ponto de vista do homem do mar), que até então havia priorizado a formação de um Império Ultramarino como base de seu poder nacional. De forma oposta, Bonifácio introduziu pensamentos que estavam diretamente relacionados à aplicação do poder sobre a geografia política, física e humana do nascente Estado brasileiro, levando ao estabelecimento de estratégias voltadas para o espaço continental (segundo o ponto de vista do homem da terra) e que influenciaram a formação de uma escola de pensamento geopolítico genuinamente nacional. Dentre elas destacamos três pontos (MENK, 2019, p. 157-160):

- implantação de um regime constitucional que, segundo ele, seria o caminho de equilíbrio entre o despotismo (ditadura de um só, característica do absolutismo ainda vigente na Santa Aliança), e a demagogia (ditadura do povo, característica do fracassado modelo de Napoleão Bonaparte). Isso pode parecer óbvio nos dias de hoje, mas na época de José Bonifácio ainda não era. A primeira Constituição de Portugal surgiu justamente decorrente da Revolução do Porto, somente sendo promulgada em 1822, mesmo ano de nossa independência;

- manutenção da Coesão Territorial que, na visão dele, deveria ser obtida por meio das seguintes estratégias: mudança da capital para o interior, fortalecimento do poder político central em relação às províncias e a rápida formação de nossas Forças Armadas (inclusive com o concurso de mercenários), de forma a garantir um Estado suficientemente forte para garantir a almejada coesão no âmbito de seu espaço geográfico; e

- formação de uma genuína Identidade Nacional, por meio das seguintes ações: abolição da escravatura, adoção de uma política de assimilação do componente indígena e, finalmente, a estruturação de um modelo educacional genuinamente nacional e de qualidade.

Os principais pensamentos geopolíticos de José Bonifácio ainda continuaram repercutindo por muitos anos, influenciando as obras de pensadores que o sucederam, e mesmo na formação de uma Escola Geopolítica brasileira, criando reflexos que ainda viriam a se fazer sentir nas políticas centralistas (unionistas) do longínquo período do Estado Novo de Getúlio Vargas, um século após o falecimento de nosso Patriarca da Independência (ver Anexo - Impacto da evolução do pensamento geopolítico brasileiro – 1815 a 1930).

3.2 Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878)

Francisco Adolpho Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi um dos primeiros historiadores brasileiros, tendo publicado diversas obras de referência, dentre as quais se destacam a "História Geral do Brasil" (1854) e a "História das Lutas com os Holandeses no Brasil" (1871). Mas ele também foi um diplomata, tendo trabalhado nas legações brasileiras em Portugal, Espanha, Paraguai, Venezuela, Nova Granada (Colômbia), Chile, Equador, Peru e Áustria, onde veio a falecer em 1878 (VARNHAGEN, 1945).

O legado da obra de Varnhagen, considerando apenas o aspecto da sua cientificidade histórica, não o poupou de ser objeto de polêmica e críticas, que consideram

seu trabalho como tendo pouco lastro metodológico e caracterizado por um certo "racionalismo tecnocrático", baseado numa "ânsia de tudo consertar, de tudo prever e projetar, numa confiança ilimitada na capacidade do homem de conduzir sua própria história" (ODÁLIA, 1997, p. 32).

O historiador Celso Vieira escreveu, quando da reedição de obra de Varnhagen (1945), que a lógica do trabalho daquele autor se baseava mais em fatos que em ideias.

Entretanto, uma leitura mais atenta dos escritos de Varnhagen nos revela que essa "ânsia de tudo consertar, de tudo prever e projetar" e conduzida por meio de um raciocínio baseado numa "lógica dos fatos", efetivamente acabam nos revelando um viés bem distinto daqueles que haviam sido desenvolvidos por outros grandes historiadores de sua época. Na verdade, teria ele apresentado pensamentos que hoje podemos caracterizar como sendo geopolíticos em sua essência, e que merecem ser avaliados no contexto desse período pré-teórico de nosso estudo.

Portanto, deixando de lado as discussões sobre o seu papel como historiador, dedicaremos um tempo para explorar o pensamento geopolítico de Varnhagen. O primeiro deles foi apresentado numa Carta ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro, ainda no ano de 1839, no qual discorreu sobre a importância da mudança da capital do Império para o interior:

Antes de termos a menor notícia de que já em outro tempo, houvera a ideia de se transferir para o interior a capital brasileira, e levados quasi unicamente pelo instinto, ao observar o mappa, parecia-nos que estaria ella muito mais resguardada no centro, como está no corpo humano o coração, e não na fronteira - e fronteira marítima - limitrophe de todas as nações poderosas do globo, representadas por suas esquadras (VARNHAGEN, 1877, p. 7).

É extremamente interessante notar a comparação realizada por Varnhagen entre uma capital no interior do país e um coração num corpo humano. A ligação dessas ideias com princípios teóricos da geopolítica que

somente viriam à tona muito depois chamam a atenção e chegam a ser surpreendentes, sendo impossível não se fazer ligação com o "Heartland" (coração do mundo) de Mackinder e a organicidade de Retzel.

Aperfeiçoando suas ideias, Varnhagen publicou no ano de 1877 uma obra denominada "A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?", na qual apresentou um amplo tratado geopolítico de caráter pré-teórico, onde discorreu sobre a necessidade de interiorização da ação do governo. Seu estudo teve como carro-chefe a proposta da mudança da capital para o interior, que foi embasada em uma lista de 12 justificativas para a interiorização, sendo que algumas delas foram absolutamente pioneiras. Tomamos como exemplo sua indicação sobre o impacto das ferrovias e novas tecnologias de comunicações, embrionárias à época, sobre a consolidação do poder terrestre (uma ideia central nas teorias de Mackinder, porém somente apresentadas três décadas mais tarde):

Qualquer ponto delle, por distante que o imaginemos, nunca será tanto que não possa no intervallo de horas, communicar-se com o porto mais próximo do litoral por um caminho de ferro que proporemos como indispensável de se construir (VARNHAGEN, 1877, p. 10).

Numa visão quase profética dos efeitos da mudança da capital para o interior, Varnhagen assim escreveu:

Um centro de civilização nos elevadíssimos chapadoens do interior, e em clima já não tropical, faria que prontamente ahi se cultivassem artigos de commércio que não cultivam a beiramar, e a permuta seria em benefício do paiz, que além disso ficaria mais rico de meios próprios: e n'esses chapadoens a população, que hoje é quasi apenas pastoril, passaria a ser agricultora. E até com o tempo, a ensaiar-se em outros ramos d'indústria. [...] Os pretendentes a negócios de todas as províncias, bem longe de passar o mar (como se habitassem n'uma ilha), terão que percorrer o Império, o que os fará conhecer melhor o paiz e suas

necessidades. (VARNHAGEN, 1877, p. 11-12).

E concluiu, embasando sua ideia em argumentos que somente encontrariam abrigo teórico quando a questão das esferas de influência fosse abordada por Spykman (TEIXEIRA JÚNIOR, 2017, p. 91), já na década de 1940:

Uma tal cidade poderia ser boa capital para uma nação forte e conquistadora que desejasse vigiar e ameaçar mais de perto a sua preza. Debaixo deste aspecto se deve considerar a mudança da capital moscovita. O Rio seria boa capital se o Brazil tivesse em vista absorver a África, assim como o seria a cidade de Cuiabá ou de Matto Grosso, se nós quiséssemos estender para o Occidente; ou Bagé se quiséssemos ameaçar os estados do Sul. [...] Mas se a nossa missão for só conservarmos íntegro o território que era de nossos pais, e melhorá-lo quanto possível, a capital num lugar forte e central é a melhor. (VARNHAGEN, 1877, p. 15).

Varnhagen também era extremamente crítico quanto à demora no processo de abolição da escravatura, que segundo ele, trazia consigo limitações para expansão da indústria e particularmente para a criação de uma Identidade Nacional.

Considerando o prestígio que detinha Varnhagen em sua época, não é de se surpreender que a Constituição de 1891 trouxesse a previsão de mudança da capital da nascente República para o interior, considerando que ela foi promulgada apenas quatorze anos após Varnhagen ter defendido a ideia em sua obra.

Observa-se que as ideias de Varnhagen representavam uma continuidade evolutiva em relação ao pensamento de José Bonifácio de Andrada, particularmente no que se refere ao fortalecimento da Coesão Territorial, tendo com carro chefe a mudança da capital para o "Heartland" do Império. Esse pensamento certamente contribuiu diretamente para a elevação dessa meta ao status de objetivo nacional, conforme se mostrou expresso nas constituições de 1891, 1934 e 1946, mas que somente foi

concretizado por meio de uma estratégia desenvolvida pelo Presidente Juscelino Kubistchek, na década de 1960 (ver Anexo - Impacto da evolução do pensamento geopolítico brasileiro – 1815 a 1930).

3.3 João Pandiá Calógeras (1870-1934)

Engenheiro de Mineralogia, diplomata, político e escritor, João Pandiá Calógeras gozou de grande prestígio técnico e político durante sua vida, tendo tido um papel relevante na consolidação do modelo republicano, que se tentou estabelecer naquela época.

Tornou-se um ator político de primeira ordem no período da República Velha, exercendo diversos cargos de grande relevo, destacando-se os de Deputado Federal por Minas Gerais por duas vezes (1897-1899 e 1933-1934), Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1914-1915), Ministro da Fazenda (1915-1918), Chefe da Delegação Brasileira à Conferência de Paz de Versalhes (1918-1919) e Ministro da Guerra (1919-1922), neste último cargo tendo sido responsável pelo mais importante ciclo de modernização de nossas Forças Armadas, até então realizado. Como parte desse esforço, coordenou a celebração de um acordo militar com a França, dando origem à Missão Militar Francesa (1919-1940), com profundos reflexos para o ensino militar, para a doutrina e para o equipamento.

Como escritor, apresentou uma extensa obra, das quais se destacam na área de interesse do pensamento geopolítico: os três volumes da "Política Exterior do Império" (1927, 1928 e 1933), onde apresentou vastíssima e inédita pesquisa bibliográfica sobre nossos processos de formação do Estado e da nacionalidade, sob o ponto de vista da política externa; "Problemas de Governo" (1928); "Formação histórica do Brasil" (1930); e a consolidação de seus artigos e discursos (post-mortem) em "Estudos Históricos e Políticos" (1936).

Sua atuação política teve alguns pontos de destaque: as medidas tomadas para o fortalecimento da Integração Nacional (ainda como Ministro da Fazenda); a tentativa de construção de um novo modelo de política

exterior, voltada para uma harmonia no contexto latino-americano, quando de sua atuação na Conferência de Paz de Versalhes; a implementação da organização territorial do Exército Brasileiro, que instrumentalizou a estratégia da “Presença”, e da organização básica da Força Terrestre, que se mantém, em linhas gerais, até os dias atuais.

Sobre o fortalecimento da integração nacional, merece destaque uma das medidas adotadas no ano de 1917, ainda durante sua atuação ainda como Ministro da Fazenda. Trata-se Decreto nº 3.316, que tratava do amparo e fomento da produção nacional (BRASIL, 1917).

A simples leitura da ementa do referido decreto não revela imediatamente o alcance estratégico das medidas ali implementadas: incentivo à exploração mineral e à siderurgia; construção de ferrovias; desenvolvimento da frota de navegação nacional; construção de portos; aperfeiçoamento e expansão dos arsenais militares para fabricação de material de emprego militar; desenvolvimento dos serviços de comunicações militar e naval (telegráficos, de transmissão rádio e de telefonia); criação de uma rede estratégica de transportes para rápido desdobramento de forças militares no território nacional; reequipamento e aumento do efetivo das Forças Armadas; aperfeiçoamento da conscrição para o serviço militar; previsão de vultosos recursos orçamentários para implementação de todas as medidas listadas, dentre outras medidas.

Observa-se claramente que as medidas pensadas por Calógeras se baseavam num trinômio apoiado nas estratégias de integração, desenvolvimento e segurança, o que viria influenciar o pensamento geopolítico e a elaboração de estratégias nacionais a partir de então. Na verdade, tendo Calógeras exercido funções de Estado de grande relevância, teve ele oportunidade de pensar e implementar ações estratégicas que vieram a se tornar modelos para uma construção teórica no âmbito da geopolítica nacional.

Isso fica claro quando analisamos a obra de um dos principais teóricos da geopolítica nacional, Golbery do Couto e

Silva, que havia preconizado a necessidade da elaboração de estratégias nacionais baseadas na ação integrada entre três condições essenciais: capacidade de autodeterminação por meio de estratégias de segurança, integração crescente do espaço nacional e prosperidade por meio de estratégias de desenvolvimento (SILVA, 1981, p. 252).

No que se refere à elaboração de uma estratégia para o fortalecimento da harmonia entre os países latino-americanos, destacam-se seus discursos durante as negociações que conduziu como chefe da delegação brasileira em Versalhes, na qual atuou para uma atuação conjunta dos países da América na construção do modelo a ser estabelecido para a futura “Liga das Nações”, no sentido de “fortalecer o sentimento de solidariedade continental”, lançando o conceito de uma interpretação brasileira da doutrina Monroe, na qual “todas as Repúblicas se devem unir, moral e materialmente, para assegurarem o patrimônio comum”, cujo lema seria “América para os Americanos todos, do Norte, do Centro e do Sul” (CALÓGERAS, 1936, p. 313).

Finalmente, merece um especial destaque sua atuação como Ministro da Guerra, quando lançou as bases que até hoje constituem a espinha dorsal da distribuição espacial e da organização básica da Força Terrestre, o que se deu por meio do Decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919. Por meio do referido ato, Calógeras alterou a divisão territorial do Exército Brasileiro, criando 7 Regiões Militares (sedes no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Juiz de Fora, Salvador, Recife e Belém) e 2 Circunscrições Militares (sedes em Campo Grande e Curitiba), estrutura que com pequenas alterações se mantém até os dias de hoje. Também alterou a organização básica da Força Terrestre, com a criação de 5 Divisões de Exército (com sedes no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Juiz de Fora e Curitiba). Cada uma das Divisões seria organizada da seguinte forma:

Quartel-general da divisão -
 Commandante da divisão - Serviço de estado-maior - Serviço de material bellico - Serviço de saúde e veterinária - Serviço

de engenharia e comunicações - Serviço de intendência - Serviço de justiça - Serviço de ordens.

Tropa - Duas brigadas de infantaria e respectivos quartéis-generais - Uma brigada de artilharia de campanha - Um regimento de cavallaria - Um grupo de artilharia de montanha - Um batalhão de engenharia - Um corpo de trem - Uma companhia de saúde (BRASIL, 1919).

Meucci (2009, p. 2) nos mostra que os contratos relativos às obras, que viabilizariam a criação de tantas organizações militares, foram assinados em 1921 e, ao final de cinco anos de trabalho, foram entregues 49 construções em 36 diferentes cidades do país espalhadas entre os estados de São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O esforço para implementar essa estrutura, não envolveu apenas a construção de quartéis, mas do desenvolvimento de doutrina (com apoio da missão militar francesa), formação de pessoal (com a criação das Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Estado-Maior, de Aviação e de Veterinária), do reequipamento e expansão do efetivo por meio do serviço militar (com a criação de 21 circunscrições de recrutamento em todo o país). Nascia a base do moderno Exército Brasileiro, e que teria como seus pilares, além de realizar a defesa externa, de manter uma presença nacional.

Calógeras foi contemporâneo do nascedouro da teoria geopolítica no Brasil, tendo inclusive prefaciado a obra "Aspectos Geográficos Sul-Americanos" (1931), de Mário Travassos, que posteriormente teve seu título alterado para "Projeção Continental do Brasil", diga-se de passagem por sugestão sua, por entender que seria mais adequado ao caráter geopolítico do trabalho. Nas palavras de abertura da obra do Travassos, Calógeras teria assim se expressado:

Lembrado de que o porvir econômico, político e social dos agrupamentos humanos está como que prefigurado pelo relevo que os acontecimentos geogênicos e os fatores fisiógrafos esculpíram na superfície dos países que habitam, procurou Mario Travassos aplicar ao nosso continente as lições de Ratzel, de

Brunhes e seus discípulos e êmulos. (TRAVASSOS, 1938, p. XXVII-XXVIII)

Mas o pensamento geopolítico de Calógeras já havia sido expresso muito antes da publicação dos trabalhos de Travassos, ou mesmo de Backheuser. Ainda em março de 1913, num discurso em homenagem ao Barão do Rio Branco, que havia falecido no ano anterior, Pandiá Calógeras já abria a discussão sobre o peso do determinismo do espaço geográfico no comportamento dos Estados: "Seja como for, à custa de quaisquer esforços e provações, a existência como Nação deve ser assegurada nas condições impostas pelos factores geográficos e pelas considerações históricas" (CALÓGERAS, 1936, p. 230).

Ainda em 1927, na obra "Política Exterior do Império", Calógeras também destacava a nova mentalidade que havia guiado a formação de nossa identidade nacional, que havia substituído definitivamente o caráter "transatlântico" e "ultramarino" português por uma visão "continentalista" (que viria estar alinhada ao ponto de vista do homem da terra de Mackinder), influenciado, entre outros fatores, pelas condições do ambiente:

Neste sentido, em verdade, exacto se revela o conceito geralmente espalhado dos "povos novos" em formação no Continente americano, isto é, sociedades humanas que encaram e solvem phenomenos e incógnitas com mentalidade nova, diferenciada da que, animava os troncos ultramarinos de que descendem. Errôneo, porém, o appellido, si por elle se quizer significar gente sem tradições, a repudiar as de seus maiores, nascida com o descobrimento, ex se nata e sem liames transatlânticos. Representam, de facto, uma visão nova do mundo, uma regra nova de apreciação e um processo novo de agir, mas tudo feito por homens carregados da herança de séculos de história traçada pelos antepassados, e accumulada nos sucessores; normas incessantemente accrescidas e modificadas por estímulos novos decorrentes do ambiente, econômicos uns, anthropogeográficos outros, políticos alguns, moraes também (CALÓGERAS, 1927, p. 24).

Paulo Roberto de Almeida classificou Calógeras como sendo o Clausewitz da nossa política externa. Considerando que Calógeras foi o que mais tempo exerceu cargos no poder executivo, dentre as personalidades estudadas no presente trabalho, o reflexo das ações estratégicas por ele implementadas tiveram impacto efetivo na consolidação do Estado (ALMEIDA, 1992, p. 98).

Para justificar sua comparação, apontou a existência de uma linha de pensamento na obra de Calógeras, particularmente na obra “Política Exterior do Império”, e que se mostrou voltada para atribuir “um sentido global” para a formação da nossa nacionalidade.

Paralelamente aos pontos de destaque na atuação política de Calógeras, como já vimos, encontramos alguns princípios que podem ser extraídos da leitura de sua obra: a consolidação de uma tendência “continentalista” do Estado brasileiro; a necessidade de uma mistura étnica da população, como amálgama para a Identidade Nacional; a defesa da Coesão Territorial da nação independente por parte de uma elite oligárquica imbuída da busca por um “manifesto destino” de potência regional; a existência de uma estrutura social extremamente perversa em termos de construção da cidadania, decorrente do longo período de vigência da escravatura em nosso país; e um entendimento quanto a tendência geralmente pacífica do nosso relacionamento externo regional, *status quo* que deveria ser mantido (ALMEIDA, 1992, p. 98).

A vinculação de um projeto de desenvolvimento, que visava elevar o Brasil a um status de potência regional, a um projeto de segurança, que por sua vez visava assegurar a integridade territorial do país (Trinômio Integração, Segurança e Desenvolvimento), confere à Calógeras um lugar de destaque no rol dos pensadores geopolíticos brasileiros.

Pudemos observar uma continuidade evolutiva no pensamento de Calógeras, em relação às ideias de José Bonifácio e Varnhagen, mas, diferentemente dos demais, ele foi diretamente responsável por estabelecer objetivos políticos, transformá-los

em estratégias e implementá-las. Neste sentido, observa-se que o pensamento geopolítico de Calógeras foi mais rico e elaborado que o de seus antecessores.

O pensamento de Calógeras continuou a influenciar a política nacional até o seu falecimento no ano de 1934, ainda exercendo o mandato de Deputado Constituinte, já no período Vargas (ver Anexo - Impacto da evolução do pensamento geopolítico brasileiro – 1815 a 1930).

4. Conclusão

O presente estudo foi orientado para buscar identificar a contribuição de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Francisco Adolpho Varnhagen (1816-1878) e João Pandiá Calógeras (1870-1934) para o desenvolvimento do pensamento geopolítico brasileiro e para a construção de uma escola geopolítica nacional.

Como pudemos constatar ao longo do presente trabalho, desde sua elevação à categoria de Reino Unido, ocorrida no ano de 1815, o Brasil passou a adotar uma estratégia claramente direcionada para a ocupação efetiva e fortalecimento da soberania sobre nosso território de dimensões continentais, assim como pela formação de uma identidade nacional. Pudemos constatar que essa visão encontrou forte respaldo na atuação acadêmica e política de José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Adolpho Varnhagen e João Pandiá Calógeras.

Inicialmente o foco dessa estratégia foi decorrente da busca por uma posição mais protegida da capital do nascente Império, longe das ameaças que poderiam se abater sobre uma Corte localizada às margens do Atlântico. Progressivamente, somou-se também a crescente necessidade de uma efetiva ocupação das fronteiras e dos “sertões” interiores. A mudança da capital da República foi um objetivo político muito claro, que esteve presente nas Constituições do Império e da República até a do ano de 1946, culminando com sua efetivação no governo Juscelino Kubitschek e sua inauguração em 1960.

A existência de um objetivo político, e porque não dizer objetivo geopolítico,

permitiu orientar com sucesso as ações estratégicas que levaram à interiorização do desenvolvimento e à efetiva ocupação do território. Sob o ponto de vista de Mackinder, este comportamento poderia ser classificado como sendo uma incorporação da “visão do homem da terra” ao pensamento geopolítico nacional.

Ao longo do desenvolvimento do nosso estudo, e em função da análise das obras e textos de autoria de José Bonifácio, Varnhagen e Calógeras, procuramos colocar em **negrito** as ideias centrais dos respectivos pensamentos de caráter geopolítico, as quais estão consolidadas na Tabela 2:

Tabela 2 – Ideias centrais do pensamento geopolítico

AUTOR	IDEIAS CENTRAIS DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO
José Bonifácio de Andrada e Silva	<ul style="list-style-type: none"> - Coesão Territorial - Identidade Nacional
Francisco Adolpho Varnhagen	<ul style="list-style-type: none"> - Coesão Territorial - Identidade Nacional
João Pandiá Calógeras	<ul style="list-style-type: none"> - Coesão Territorial - Identidade Nacional - Interpretação Brasileira da Doutrina Monroe - Trinômio Integração, Segurança e Desenvolvimento

Faz-se necessário destacar o fato que todos eles demonstraram compartilhar do ponto de vista “do homem da terra” (*landsman’s point of view*), segundo a ideologia ambiental continentalista que mais tarde viria ser defendida por Mackinder (1919).

A hipótese que buscamos validar ao longo do trabalho foi a de que os autores escolhidos teriam levado em consideração a influência de fatores geográficos (humanos ou fisiográficos) sobre a ação política do Estado brasileiro, o que poderia constituir uma linha de pensamento de caráter geopolítico em sua essência.

A análise das obras e ações desenvolvidas pelas personalidades escolhidas para o presente estudo nos mostra que, sem sombra de dúvida, a hipótese estabelecida pode ser confirmada, e neste sentido, o período compreendido entre os anos de 1815 e 1930, poderá ser designado como sendo um período pré-teórico do pensamento geopolítico brasileiro, no qual as sementes de uma futura Escola Geopolítica Brasileira estavam sendo germinados, o que pode ter influenciado o pensamento de nossos principais teóricos da geopolítica e a elaboração de ações estratégicas por futuros governos brasileiros.

Referências

ALMEIDA, P. R. Contribuições à História Diplomática do Brasil: Pandiá Calógeras, ou o Clausewitz da Política Externa. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 18, n. 2, p. 93-103, dez. 1992. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.1992.2>. Acesso em: 22 mar 2020.

BACKHEUSER, E. *Curso de Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1952. Disponível em: <https://archive.org/details/AGeopoliticaGeralEDoBrasil.EverardoBackheuser/page/n47/mode/1up>. Acesso em: 22 mar 2020.

BRASIL. [Constituição (1824)]. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. [Ato Adicional (1834)]. Lei nº 16. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. [Constituição (1891)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. [Decreto (1917)]. Decreto nº 3.316, 16 de agosto de 1917. Autoriza o Poder Executivo a amparar e fomentar a produção nacional e dá outras providências. Rio de Janeiro, 16 ago. 1917. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3316-16-agosto-1917-572774-publicacaooriginal-96072-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

_____. [Decreto (1919)]. Decreto nº 13.916, de 11 de dezembro de 1919. Altera a divisão territorial e a organização das Divisões de Exército; cria unidades e serviços, e reorganiza a artilharia de costa. Rio de Janeiro, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13916-11-dezembro-1919-502503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

_____. [Emenda Constitucional (1926)]. Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1926. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc%20de%203.9.26.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. [Constituição (1934)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Assembleia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. [Constituição (1946)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

CALÓGERAS, J. P. *Estudos Históricos e Políticos*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/156/1/74%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 9 maio 2020.

_____. *A Política Exterior do Império: As Origens*. ed. fac-similar, 1927. v. 1. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/225368>. Acesso em: 21 abr. 2020.

_____. *A Política Exterior do Império: O Primeiro Reinado*. ed. fac-similar, 1928. v. 2. Brasília: Senado Federal, 1998a. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/225368>. Acesso em: 21 abr. 2020.

- _____. A Política Exterior do Império: da Regência à Queda de Rosas. ed. fac-similar, 1933. v. 3. Brasília: Senado Federal, 1998b. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/225368>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- CASTRO, T. José Bonifácio e a unidade nacional. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- DODDS, K. Geopolitics: a very short introduction. 3 ed. New York: Oxford University Press, 2019.
- DOLHNIKOFF, M. O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- FLINT, C. Introduction to geopolitics. New York: Routledge, 2006.
- GRAY, C. S. (Ed.); SLOAN, G. (Ed.). Geopolitics, Geography and Strategy. New York: Routledge, 2013.
- MACKINDER, H. J. Democratic ideal and reality: a study in the politics of reconstruction. 1. ed. New York: Henry Holt, 1919.
- MEUCCI, S. Os quartéis, o Estado e a empresa: notas sobre Roberto Simonsen e os dilemas da racionalização institucional no Brasil. Rio de Janeiro, XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3303&Itemid=171. Acesso em: 15 maio 2020.
- ODÁLIA, N. As Formas do Mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: UNESP, 1997.
- REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES. Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815: Eleva o Estado do Brasil à graduação e categoria de Reino. Rio de Janeiro: Chancelaria-Mor da Corte e Reino, 16 dez. 1815. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/antioresa1824/cartadelei-39554-16-dezembro-1815-569929-publicacaooriginal-93095-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- SARAIVA, J. F. S. (Org.) et al. História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SILVA, G. C. Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- SHORT, J. R. An introduction to political geography. 2. ed. New York: Routledge, 1993.
- TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- TRAVASSOS, M. Projeção Continental do Brasil. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- VARNHAGEN, F. A. História das Lutas com os Holandeses no Brasil: Desde 1624 a 1654. 2. ed. São Paulo: Edições Cultura, 1945.
- _____. A Questão da Capital: Marítima ou no Interior? ed. fac-similar, 1877. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1935. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/35003>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANEXO - Impacto da evolução do pensamento geopolítico brasileiro – 1815 a 1930

Constituição	Período	Objetivos Políticos	Estratégias	Conjuntura Interna e Externa	Pensamento Geopolítico Brasileiro
1822 ¹	Reino Unido (1815 a 1822)	<u>Portugal:</u> Manutenção do Brasil sob a soberania portuguesa <u>Brasil:</u> Maior Autonomia x Independência	- Elaboração de uma Constituição que resguardasse a autonomia do Brasil	- Congresso de Viena e Santa Aliança	- José Bonifácio
1824 ²	Primeiro Reinado (1822 a 1831)	Consolidação da Independência	- Efetiva incorporação das Províncias ao Império - Estruturação do Exército e da Armada Imperiais (uso de tropas mercenárias) - Manutenção da livre navegação na Baía do Prata	- Guerra da Independência - Guerra Cisplatina	- José Bonifácio
1824 + Ato Adicional de 1834 ³	Regência (1831 a 1840)	Consolidação da Monarquia Constitucional	- Transferência de poder para Províncias para salvar a coesão nacional	- Revoltas Internas	- José Bonifácio - Varnhagen
	Segundo Reinado (1849 a 1889)	- Consolidação da unidade e prosperidade do Império - Fortalecimento da diplomacia imperial - Restabelecimento da paz no Prata - Equilíbrio político entre liberais e conservadores	- Consolidação do princípio <i>Uti Possidetis</i> - Consolidação de uma aliança militar no Prata - Remoção de Solano Lopez da Presidência do Paraguai. - Livre navegação na baía do Rio da Prata - Livre navegação no Rio Amazonas - Início da instalação de ferrovias e linhas telegráficas - “Grande Imigração” - Abolição da Escravatura	- Guerra do Prata (Oribe e Rozas) - Guerra do Paraguai	- José Bonifácio - Varnhagen
1891 ⁴ + Emenda de 1926 ⁵	República Velha (1889 a 1930)	- Consolidação da República - Consolidação pacífica das fronteiras - Coesão territorial - Integração nacional - Mudança da capital	- <u>Integração:</u> fortalecimento do Poder dos Estados; ocupação da Amazônia (1º Ciclo da Borracha e Ferrovia Madeira - Mamoré) - <u>Desenvolvimento:</u> expansão da mineração, da indústria e dos sistemas de transporte e das comunicações - <u>Segurança:</u> estruturação do Exército (presença nacional) e tratados de fronteira (ação do Barão do Rio Branco)	- Revoluções Internas e Tenentismo - 1ª Guerra Mundial - Pandemia da Gripe Espanhola - Revolução de 1917	- Varnhagen - Calógeras
1934 ⁶	Segunda República (1930 a 1937)	- Centralização do poder - Fortalecimento da identidade nacional - Mudança da capital	- Supressão da hegemonia política dos Estados de MG e SP - Reformas na educação (formação de uma identidade nacional)	- Crise da Bolsa - Ascensão do Fascismo - Movimento Comunista Internacional	- Calógeras - Backheuser e Mário Travassos ⁷

¹ Constituição Política da Monarquia Portuguesa (REINO UNIDO..., 1822).

² Constituição Política do Império do Brasil (BRASIL, 1824).

³ Lei nº 16 (Ato Adicional). Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império do Brasil. (BRASIL, 1834).

⁴ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1891).

⁵ Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926 (BRASIL, 1926).

⁶ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (BRASIL, 1934).

⁷ Início da sistematização da teoria geopolítica no Brasil (BACKHEUSER, 1952) e (TRAVASSOS, 1938).

